Proposta para Aceitação de Dashcams como Prova em Portugal

Introdução

Para melhorar a eficiência dos tribunais e aumentar a segurança nas estradas, propomos a alteração da legislação portuguesa para permitir a utilização de dashcams como prova em casos de acidentes de trânsito. Além disso, sugerimos que vídeos de carros mal estacionados também sejam aceites como prova, facilitando o trabalho da polícia e promovendo a segurança dos peões.

Vantagens da Implementação

Facilitação dos Processos Judiciais:

A aceitação de vídeos de dashcams como prova pode acelerar a resolução de casos de acidentes de trânsito, fornecendo evidências claras e objetivas.

Redução do tempo e dos recursos necessários para investigações, permitindo uma maior eficiência nos tribunais.

Aumento da Segurança Rodoviária:

A presença de dashcams pode atuar como um dissuasor para comportamentos imprudentes ao volante, sabendo que as ações estão sendo gravadas.

Em caso de acidentes, as imagens podem ajudar a determinar a responsabilidade de forma mais precisa e justa.

Facilitação do Trabalho Policial:

A aceitação de vídeos de carros mal estacionados pode ajudar a polícia a identificar e penalizar infratores de forma mais eficaz.

Redução do tempo gasto em patrulhas e verificações, permitindo que os recursos policiais sejam direcionados para outras áreas críticas.

Melhoria da Segurança dos Peões:

A penalização mais eficaz de carros mal estacionados pode reduzir obstruções nas calçadas, melhorando a segurança e a mobilidade dos peões.

Incentivo para que os motoristas estacionem de forma mais responsável, sabendo que podem ser gravados e denunciados.

Considerações Legais

Para implementar esta proposta, é necessário ajustar a legislação atual, que atualmente proíbe a captação de imagens na via pública sem consentimento, conforme o artigo 19.º da Lei 58/2019. A nova legislação deve:

Permitir a utilização de dashcams para fins de segurança rodoviária e como prova em processos judiciais.

Estabelecer diretrizes claras sobre a proteção de dados pessoais, garantindo que as gravações sejam utilizadas exclusivamente para os fins propostos.

Definir penalidades para o uso indevido das imagens captadas.

Conclusão

A aceitação de dashcams como prova em Portugal representaria um passo significativo para a modernização do sistema judicial e a promoção da segurança rodoviária. Com a implementação desta medida, espera-se uma redução nos acidentes de trânsito, uma maior eficiência nos tribunais e uma melhoria na segurança dos peões.